

A beleza negra e a subjetividade das meninas

Um caminho para as “Mariazinhas” – considerações psicanalíticas

Maria Aparecida Miranda

Maria Aparecida Miranda é psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, do GT “A cor do mal-estar: da invisibilidade do trauma ao letramento” e do GT “Generidades”.

Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em junho de 2004. Teve a orientação de Miriam Debieux Rosa. A banca examinadora foi composta por Kabengele Munanga e José Moura Gonçalves Filho.

Resumo Através deste artigo, buscamos analisar como as inscrições do fenômeno do racismo operam na constituição subjetiva das meninas negras. Encontramos um pequeno número de pesquisas que se detêm nessa temática e nessa população específica. Para analisar tais inscrições, apoiamos-nos na teoria psicanalítica, principalmente na discussão dos conceitos de ideal de ego, ego ideal, identificação e narcisismo. A heterogeneidade e a complexidade do tema apontam para a necessidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento, como história, antropologia, sociologia e psicologia social, para contextualizá-lo e circunscrevê-lo à realidade brasileira. Assim, aos conceitos psicanalíticos juntam-se os conceitos de estigma, estereótipo, discriminação racial e humilhação social. Partimos do pressuposto de que vivemos um modelo de racismo no qual o grupo formado por sujeitos brancos procura subjugar o grupo étnico-racial negro na ânsia de manter sua hegemonia e conseqüente dominação e/ou exclusão do grupo considerado minoritário. A especificidade deste trabalho apresenta a discussão da beleza negra e a apropriação do corpo negro como elementos fundamentais para a discussão do sofrimento psíquico, de desestabilizações narcísicas infligidas àqueles que trazem no corpo a marca da “imperfeição”, da “feiuza”, da menos-valia. Procuramos ainda apontar caminhos tanto para as meninas rumo à constituição de sua subjetividade quanto para a psicanálise e psicanalistas brasileiros, para que atentem ao silêncio que grita e ao não dito que permeiam as relações raciais.

Palavras-chave psicanálise; racismo; discriminação; preconceito.

DOI: 10.70048/percurso.75.41-50

- 1 S. Freud, “Mal-estar na civilização”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI, p. 136.
- 2 C. Coralina, *Todas as vidas*. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. Disponível em: <geocities.com-poemadomilho/freudiano.html>.
- 3 S. Freud, “Estudos sobre a histeria”, in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II.

É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade.¹

[Freud]

Introdução

A escolha de um tema e a escrita, por vezes, são mais que um exercício intelectual e acadêmico. Podem revelar também a possibilidade de percorrer caminhos de sua história, da história de seu país, de seus ancestrais, de sua origem, de outros escritos. E, como propõe Cora Coralina no poema *Todas as vidas*², é a busca de diálogo com todas as vidas que compõem nossa vida. Todos os cheiros, todos os gostos, todas as texturas, sons, a visão das diferentes cores e seus maticizes. Assim, as inquietações que deram origem a este trabalho vão além de simplesmente sistematizar algumas experiências do meu percurso profissional. Referem-se à minha própria história, aliada à minha trajetória profissional e à história de várias crianças que conheci nesse caminho.

Também dizem respeito às interrogações que a psicanálise provoca, na mesma medida em que possibilita, enquanto instrumento de análise e intervenção, organizar tais experiências nos âmbitos pessoal e profissional através de conceitos como ideal de ego, ego ideal, identificação e narcisismo.

A exemplo de Freud, que, em 1893, direcionou seu olhar para as históricas³, por reconhecer ali a existência de um sofrimento, direcionei meu olhar para refletir sobre o sofrimento



*imersos nessa realidade social,
os negros tentam driblar
o incômodo e o sofrimento
que a discriminação
racial impinge*

psíquico decorrente do racismo e da discriminação racial, e para questionar e convocar as psicanálises e os psicanalistas para a possibilidade e disposição de pensar uma clínica implicada com as questões raciais, históricas e políticas, ancoradas na realidade brasileira. Uma clínica, como nos diz Ferenczi, que não repita a situação traumática.

Visamos refletir sobre a construção de um caminho que proporcione às meninas negras uma subjetivação autoral e singular, apesar do ideal de brancura socialmente imposto. Antes de desenvolvê-lo em sua especificidade, optei por apresentar uma breve discussão e um posicionamento que afirmam a discriminação racial no Brasil, contestando o mito da democracia racial.

A hipótese desta pesquisa é de que a discriminação racial e o racismo camuflado, presentes na sociedade brasileira, atuam como dificultadores, inibidores, impossibilitadores da integração da beleza negra como um elemento a contribuir na imagem do corpo negro e seu narcisismo, que são a base para a constituição do sujeito.

A opção por desenvolver a investigação com meninas negras aponta a tentativa de questionar um certo lugar atribuído à mulher negra, ou seja, a exigência de um padrão – a mulata tipo exportação, a gostosa, a boa de cama, a que povoa as fantasias sexuais.

Fomos verificar a possibilidade de a adolescente negra firmar positivamente sua identidade, sem deixar-se aprisionar por tais estereótipos.

A constituição subjetiva negra vem sendo pensada por alguns autores a partir do chamado *ideal de embranquecimento*.

Na concepção psicanalítica, o conceito de ideal liga-se à noção de uma aspiração, um vir a ser, a busca de uma perfeição. Fala de um desejo.

No caso do ideal de embranquecimento, entendemos esse ideal não como um desejo, uma aspiração dos negros, mas como uma injunção do grupo branco na busca de uma hegemonia de seus padrões de beleza, padrões culturais, intelectuais, etc. O *vir a ser* preconizado no ideal assume um caráter tirânico no ideal de embranquecimento, transformando-se em *ter que ser* branco.

O mito da democracia racial e o racismo cordial

A sociedade brasileira e, principalmente, a população negra confrontam-se com o chamado *racismo cordial* encoberto pelo mito da *democracia racial* presentes em nossa realidade sócio-histórico-cultural.

Mito, por se apoiar de uma lógica que, nas palavras de Chauí,

cristaliza-se em crenças que são interiorizadas num grau tal que não são percebidas como crenças e sim tidas não só como uma explicação da realidade, mas como a própria realidade. Em suma, o mito substitui a realidade pela crença na realidade narrada por ele e torna invisível a realidade existente⁴.

Imersos nessa realidade social, os negros tentam driblar o incômodo e o sofrimento que a discriminação racial impinge. A recusa – mecanismo de defesa mais frequente nas perversões – de que existe o racismo no Brasil e o seu correspondente desmentido questionam para os negros as suas próprias percepções. Abordaremos essa questão mais adiante.

Falamos de corpos que, por cerca de 400 anos após serem sequestrados de seus países de origem, ocuparam o lugar de coisa, mercadoria, no sistema escravocrata brasileiro. E, como assinala Silva,

diferentemente de outros crimes hediondos contra a humanidade, a escravidão nunca foi considerada como tal.

Pelo contrário, foi legitimada e utilizada para o crescimento econômico e a manutenção de privilégios de uma parcela da população que, até a atualidade, usufrui, no mínimo compactua e aceita práticas intencionais de manutenção destes privilégios⁵.

Nas palavras de Munanga:

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um *iceberg* cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através de comportamentos sociais e individuais. [...] A parte submersa do *iceberg* corresponde, metaforicamente, aos preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e às consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas [...] não vejo, portanto, disciplina mais qualificada que a psicologia e a psicanálise para analisar os fenômenos subjetivos ligados aos processos de identificação do sujeito negro individual e coletivo e aos processos de sua autoestima.⁶

As palavras do referido antropólogo fazem pesar a discriminação racial como um não dito, um segredo, uma ferida que não pode ser tocada, como recusa.

Assim, recorro a recortes de alguns relatos, às falas das meninas, bem como às situações do cotidiano, tanto clínicas quanto sociais, para que me auxiliem nesta nova construção.

O ponto central de discussão à época foi o corpo negro como elemento importante para a discussão do sofrimento psíquico, de desestabilizações narcísicas infligidas àqueles que trazem no corpo marcas consideradas de “imperfeição”, “feiura”, sujeira e menos-valia.

Durante aproximadamente quinze anos de trabalho junto a crianças e adolescentes nas chamadas situações de vulnerabilidade, busco respaldo

4 M. Chauí, *Convite à Filosofia*.

5 M.C. Silva, grupo “A cor do mal-estar”, comunicação oral.

6 K. Munanga, “Prefácio”, in I. Carone; M.A.S. Bento (orgs.), *Psicologia social do racismo*, p. 9.

7 F. Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*.

»
*todos esses anos
de trabalho colocaram-me
diante de situações de
extremo impacto, que
algumas vezes
nos paralisavam*

teórico para articular algumas dessas experiências com conceitos psicanalíticos no sentido de favorecer alguma elaboração. Trata-se de crianças e adolescentes em situação de rua, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas.

Todos esses anos de trabalho colocaram-me diante de situações de extremo impacto, que algumas vezes nos paralisavam, noutras exigiam respostas imediatas, sem muito tempo para reflexão ou planejamento. As crianças, os adolescentes, as famílias estavam ali, diante de nós, clamando pela nossa ação, pelas nossas respostas, para as mais diversas demandas.

Busco ainda romper um silêncio no que se refere ao trato das relações étnico-raciais. Rompimento de um silêncio que tem início dentro de minha própria família, onde as questões relacionadas ao fato de sermos uma família negra em uma comunidade, em um bairro basicamente de brancos, de termos alguns casamentos inter-raciais no seio dessa família, esses nunca foram temas explícitos de conversa. Existia uma orientação implícita – “nós temos que saber qual é o nosso lugar”, diziam meus pais. Que lugar era esse e por que era um lugar diferente, no entanto, permaneciam como uma incógnita, um segredo.

Essa vivência pessoal estende-se para a atuação profissional, uma vez que parece existir um código social brasileiro em que se subentende que as relações raciais, as questões de preconceito, discriminação e racismo são assuntos proibidos. E, como dizia Florestan Fernandes⁷, parece que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito.



*nessa época,
eu usava meus cabelos
trançados. E lá foram
as meninas procurar ter
os cabelos iguais aos meus*

Há também a tentativa de rompimento de um outro silêncio. O silêncio da psicanálise no que se refere a pensar a existência de um sofrimento psíquico advindo da exposição do sujeito a situações e vivências de discriminação e preconceito racial.

“Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada!”⁸

Em uma de minhas inserções profissionais, como diretora de uma unidade que abrigava crianças em situação de rua, enfrentávamos assuntos e temas prementes na vivência das crianças: questões como violência sexual, violência familiar, uso de drogas, abandono, entre outras. Porém, as questões relativas às relações raciais nunca foram debatidas, enfrentadas, mesmo quando percebíamos ou suspeitávamos que alguns conflitos – entre as crianças ou mesmo entre os adultos (educadores e técnicos) – tinham como motivação a questão racial.

O fato que desencadeia este artigo teve lugar na Casa da Criança Renascer, uma unidade de abrigo ligada à Secretaria de Estado do Menor de São Paulo, onde fui diretora por mais de quatro anos, entre 1991 e 1995.

A pesquisa foi realizada com meninas negras, com idades variando entre 11 e 13 anos, em três momentos distintos:

1. entrevistas com meninas do bairro de Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo;

2. questionários e desenhos com as meninas de Maputo, capital de Moçambique; e
3. um grupo com frequência semanal com as meninas, na zona sul de São Paulo.

Fora do enquadre clássico da psicanálise, ou seja, o consultório, tais dispositivos encontraram respaldo nas formulações de Luciano Elia⁹, que trata da extensão social da psicanálise e aponta a possibilidade de fazer psicanálise em qualquer estrato social, em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista de um lado e sujeito dividido do outro e, principalmente, o dispositivo analítico, ou seja, a escuta e a transferência. Assim, os sofrimentos que acompanham a natureza humana podem ser compartilhados.

Em um determinado dia, um grupo de quatro ou cinco meninas saiu sem autorização da Casa e foi ao centro da cidade de São Paulo, mais especificamente à Galeria 24 de Maio, reduto de salões de beleza especializados no trato dos cabelos de negros, crespos, carapinhos e também nos penteados de origem africana (tranças, *dreads*, etc.).

Nessa época, eu usava meus cabelos trançados. E lá foram as meninas procurar ter os cabelos iguais aos meus.

Ser negra, ser a diretora da Casa, colocou-me em um lugar de referência e transferência, de possibilidade de identificação para aquele grupo de meninas negras, internas na unidade.

Em um primeiro momento, essa identificação baseou-se na aparência, mais particularmente na forma dos cabelos, porém uma mulher negra, em um lugar de suposto poder e prestígio, soou para aquelas meninas como um possível modelo de identificação. As meninas negras quase não possuem modelos ou ídolos femininos que tenham traços semelhantes aos delas e que, portanto, possibilitem o espelhamento.

Assim, partimos de uma motivação diferente das investigações que tratam as questões raciais. Partimos de um fato positivo – ser tomada como modelo de identificação para um grupo de meninas negras, que carecem de tais modelos, desde os modelos familiares até os oferecidos por outros

espaços de socialização, como a escola, por exemplo, e, principalmente, pela mídia.

Há, nos três procedimentos utilizados, elementos comuns no que se refere à dificuldade em lidar com a cor da pele, um corpo negro, um cabelo crespo – o chamado cabelo *ruim*. Encontro sinais de incômodo, vergonha, timidez, dificuldade para falar sobre o assunto, silêncio, dor, angústia.

Tomamos a subjetividade negra como uma identidade política, construída em um processo coletivo e permeada por tensões e contradições em sua formulação. Por um lado, temos uma chamada *identidade brasileira*, permeada pela fantasia de um povo pacífico, alegre, sensual, cordial. Por outro lado, temos os atributos e adjetivos dirigidos aos negros brasileiros, como violentos, intelectualmente inferiores, preguiçosos, feios.

Vale lembrar que, para a psicanálise, a identidade está sempre em construção, na medida em que os objetos de identificação estão sempre presentes na vida e sempre se renovando. Mesmo os objetos que se ausentam, através de separações ou morte, abrem novas possibilidades de projetos, que incluirão novos objetos e novas identificações. Esse movimento da vida leva o sujeito a se transformar continuamente. Somos uma obra inacabada, e permitir esse movimento é algo muito salutar.

E o que dizem as meninas?

“Tudo bem xingar até certo ponto [...] Uma amiga me chamou de macaca, eu não gostei [...] Teve um menino na 4ª série que me pediu uns lápis emprestado e eu não emprestei, aí ele falou ‘por isso não gosto de preto.’”

“[...] os meninos da minha sala [...] quando eu coloco esses negócios aqui (aponta para as tranças) ficam me chamando de peruca, ficam puxando [...] me chamando de macaca” “[...] eu sinto uma mágoa assim dentro de mim, sabe! [...] me dá vontade de chorar, mas eu não choro...”

“A professora dá advertência, só que não adianta nada, porque é assim” “[...] não sai da memória, você se sente mal, não é legal”

8 J. Menezes; A. Filho, “Cabelo”. Interpretação de Gal Costa. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br>>.

9 L. Elia, “Psicanálise: clínica e pesquisa”, in S. Alberti; L. Elia (orgs.), *Clínica e pesquisa em psicanálise*, p. 19-35.

»»

*para a psicanálise,
a identidade está sempre
em construção, na medida em
que os objetos de identificação
estão sempre presentes na vida
e sempre se renovando*

“[a mãe] fala pra eu não ficar pensando nisso [...] para eu esquecer [...] pois ela também já passou por isso.”

“Ser negro não tinha que ser polêmica, debate, tinha que ser a mesma coisa de branco, ter as mesmas riquezas, estudar nas escolas iguais.”

“Sou feia na minha cara porque sou preta, mas dentro do meu coração sou muito bonita.”

“Eu gostaria de uma fada que me fizesse mais bonita.”

“Na minha casa não se salva ninguém, é tudo preto.”

“Eu choro de raiva, porque não posso fazer nada.”

“Dá uma dor aqui.” (levando a mão ao peito)

“Ela foi xingada de neguinha fedorenta.”

“Eu me senti muito mal, porque eu penso que, se ele tá xingando ela porque ela é negra, ele tá xingando eu também, porque eu também sou negra.”

Essas falas das meninas exemplificam a humilhação vivida por elas, a angústia pela qual são tomadas, a paralisia e a descrença de que algo possa ser mudado diante da dominação e da opressão do outro que as humilha, que as ofende. Ofensas que as destituem de humanidade quando chamadas de macacas, colocando-as na categoria de animal. Ofensas que procuram desprovê-las de seus nomes próprios, da sua subjetividade e da sua singularidade, que inscreveriam e sustentariam sua inscrição social e inserção simbólica.

Este trabalho, que, inicialmente, parte da questão da *aparência*, o tornar-se bela assumindo suas características étnicas e raciais, prossegue buscando instituir um lugar para o corpo negro, socialmente construído como feio, para dar lugar à *aparência*.



estar com as meninas, mais do que uma investigação acadêmica e um exercício intelectual, significou um retorno às minhas questões adolescentes, ao corpo adolescente, aos medos, à vergonha

Essa aparição, esse tornar-se visível, mostrar-se, revelar-se, torna-se possível, para essas meninas, a partir da instituição de um lugar que lhes garanta a fala, um lugar que privilegie a escuta, que acolha os segredos, suas dores, o sentir-se envergonhada e com raiva por ser negra. Uma escuta que lhes garanta a inscrição de seus nomes. Uma escuta clínica que leve em conta a especificidade de tais pessoas e que reconheça as marcas da dominação, da opressão, da humilhação a que estão expostas e, principalmente, que não confunda seus efeitos com o que é próprio do sujeito.

O subtítulo deste artigo é: “Um caminho para as ‘Mariazinhas’”. “Mariazinha” é um diminutivo derivado do famoso “Dona Maria”, dirigido às mulheres em uma tentativa de despersonalizá-las, de taxá-las de incapazes, de marcar a sua invisibilidade.

A investigação mostrou que é possível um caminho para as meninas negras quando somos guiados por uma disposição de escuta que reconheça a dominação, a opressão, a humilhação, o preconceito e a discriminação racial.

Considerações

Estar com as meninas, mais do que uma investigação acadêmica e um exercício intelectual, significou um retorno às minhas questões adolescentes, ao corpo adolescente, aos medos, à vergonha. Foi a possibilidade de romper um silêncio vivido, relativo às questões raciais e de gênero.

A interlocução com outros autores trouxe também a recordação. Particularmente o trabalho

de Nilma Gomes¹⁰ me fez recordar os momentos em que me sentava no chão, entre as pernas de minha mãe, para trançar meus cabelos. Momentos de sofrimento e continência. Sofrimento, pela dor que causava o pentear os cabelos crespos, a dor do desconforto de carregar no corpo a pele negra e o cabelo *ruim*. Continência, pela afeição que o contato físico causava e pela possibilidade de ser cuidada, embelezada por ela. Recordo as brincadeiras nas quais amarrava panos na cabeça para simular ter cabelos longos e lisos e ficava a balançá-los como se estivessem soltos ao vento, coisa impossível para meus cabelos reais.

Como aponto ao longo deste artigo, o cabelo crespo e o corpo negro continuam a ser vistos como marcas de inferioridade, com consequências verificadas na constituição psíquica de negros e negras na sociedade brasileira e, particularmente, nas meninas que participaram desta investigação.

Todas as vidas que compõem este artigo possibilitaram à autora aprofundar um aspecto da população negra no que consiste à constituição da subjetividade negra, que, por mais de três séculos, marcou as principais atividades econômicas na história da nossa sociedade.

As condições de vida dessa população podem ser constatadas a partir dos indicadores sociais e econômicos, que apontam a desvantagem desse imenso grupo étnico-racial, que representa cerca de 55% da população, assinalando sua *limitada cidadania negra*. Assim, esse contingente é identificado não apenas pela cor da pele, mas pelas péssimas condições de moradia, saúde e escolaridade a que está submetido.

São vidas que se confrontam com o *racismo cordial*, sutil, encoberto, como assinaléi acima, pelo mito da *democracia racial*. São vidas que procuram driblar o incômodo e o sofrimento que a discriminação racial impinge, por meio da construção de uma cartela de cores autoatribuídas (mulata/o, morena/o) como forma de *esquecer e/ou substituir a concreta realidade*, procurando refugiar-se da dominação na enganadora promessa de aproximar-se do dominador. Essa busca de aproximação leva à construção

de uma estratégia denominada ideal de *embranquecimento*.

No caso das Mariazinhas, foi possível inverter essa ordem do *embranquecimento* e instituir um lugar para a beleza negra. Falamos da instituição da beleza para corpos marcados pela coisificação e o estigma do ancestral escravizado.

Em seu texto intitulado “Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo”, Eliana Schueler Reis traz uma discussão

de como, no Brasil, a memória da escravidão se transmite como marca traumática, através de gerações de filhos das “famílias brancas”, em uma modalidade de racismo característico de nossa sociedade. Essa memória perpetua a aversão à presença das pessoas negras que trazem em sua pele e suas feições a presentificação do crime cometido pelos ancestrais e que se sustenta na forma de um “autodesconhecimento” dos indivíduos em relação ao papel desempenhado pela escravização em nossa história, o que evidencia a clivagem da sociedade marcada por uma profunda desigualdade social. E mais: a marca traumática se transmite através das gerações de vítimas assim como das gerações de agressores.¹¹

O trabalho descrito alinha-se, particularmente, a duas autoras com quem dialogamos nesse processo. Uma delas é Nogueira, que, em *Significações do corpo negro*¹², contribui para a discussão psicanalítica sobre o modo como a realidade sócio-histórico-cultural do racismo e da discriminação se inscreve na psique do negro. A outra é Gomes,

»»

este trabalho não aborda a questão negra do ponto de vista do lamento das condições de seus ascendentes, mas aponta o sofrimento psíquico desencadeado pelo racismo e pela discriminação racial

que, no trabalho *Corpo e cabelo como ícones da construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*¹³, dialoga com profissionais (cabeleireiros) e clientes, pesquisando a questão da estética corporal negra, procurando compreender o significado social do cabelo crespo e do corpo negro, entendendo-os como os principais ícones da identidade negra. Esse trabalho articula a questão racial e a expressão estética, tocando o mundo dos sentidos e das emoções na construção da identidade negra.

Assim como a pesquisa das autoras referidas, este trabalho não aborda a questão negra do ponto de vista do lamento das condições de seus ascendentes, mas aponta o sofrimento psíquico desencadeado pelo racismo e pela discriminação racial.

As histórias de vida das meninas demonstram que estereótipo, preconceito, discriminação, racismo, mais que construções teóricas, são experiências que se inscrevem na subjetividade humana. Experiências que marcam, e por vezes paralisam, envergonham, emudecem, silenciam o discriminado.

Dialogamos também com Costa¹⁴ e Nogueira¹⁵ para pensarmos o corpo negro. Para Costa¹⁶, o repúdio ao corpo e à cor negra falaria de um projeto de não existência, da tentativa de extinção, disparado pela consciência do racismo. Nogueira¹⁷ nos fala sobre o lugar da criança negra e assinala, contrapondo-se a Costa¹⁸, que não é a consciência do racismo que levaria ao desejo de embranquecimento. Para essa autora, são o desejo e o olhar materno que negam e repudiam o corpo negro de seu bebê.

10 N. Gomes, *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

11 E.S. Reis, *Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo*, p. 45.

12 I.B. Nogueira, *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da USP.

13 N. Gomes, *op. cit.*

14 J.F. Costa, “A construção cultural da diferença entre os sexos”, *Sexualidade, gênero e sociedade*, ano 2, n. 3, p. 3-8; *Violência e psicanálise: Narcisismo em tempos modernos*.

15 I.B. Nogueira, *op. cit.*

16 J.F. Costa, *op. cit.*

17 I.B. Nogueira, *op. cit.*

18 J.F. Costa, *op. cit.*



a escuta das meninas nos leva a concluir que não é o corpo branco que elas desejam. Desejam, sim, a pureza artística, a nobreza estética, a majestade moral e a sabedoria científica que são atribuídas apenas ao branco

Cavalleiro¹⁹, Oliveira²⁰ e Amaral²¹ nos auxiliaram a refletir sobre o processo de interação social no contexto escolar. Esses trabalhos mostram a incorporação, pela criança negra, do discurso e da postura racista de crianças não negras e professores no ambiente escolar, levando-as a atitudes de inibição e retraimento nessas relações.

Cavalleiro²² e Amaral²³ assinalam também o silêncio dos pais no trato das relações raciais, promovendo, assim, um desamparo às crianças negras para lidar com os embates cotidianos.

As meninas que participaram desta investigação confirmam esse embate e esse desamparo. Debatem-se entre o orgulho de pertencimento a esse grupo racial e a tentativa de aproximar-se do grupo dominante.

Gonçalves Filho nos leva a pensar em possíveis saídas. Ele questiona: “Como curar-se do sentimento de sentir-se feio, do sentimento de só conseguir aderir a ideais de outro que me oprimem, esses ideais de embranquecimento?”²⁴ Tais questionamentos nos levam a pensar na relação de dominação presente no racismo e na discriminação racial. Na subjugação presente nessas relações.

A escuta das meninas nos leva a concluir que não é o corpo branco que elas desejam. Desejam, sim, a pureza artística, a nobreza estética, a majestade moral e a sabedoria científica que são atribuídas apenas ao branco.

A disposição de uma *escuta negra* poderá levar ao reconhecimento dessa opressão. Uma escuta que favoreça o reconhecimento da perseguição a *alvos ideológicos brancos*, “alvos que são construídos da condenação de alvos propriamente

negros no sentido cultural e fenotípicos”, conforme assinala Gonçalves Filho²⁵.

Assim, são a disposição para a escuta do investigador, do analista, e a possibilidade da palavra que podem levar à ressignificação.

Partimos da proposta da instituição, do reconhecimento e da valorização da beleza negra e do corpo negro como um ponto importante no processo da constituição subjetiva da menina negra.

Sabemos, no entanto, que a construção de lugares que reconheçam a beleza negra por si só não garante, conforme sugere Gonçalves Filho²⁶, a “cura” dos sentimentos desencadeados pelos longos processos de discriminação vividos pelos negros em nossa sociedade.

Dentre várias questões que perpassam este trabalho, uma interroga sobre a possibilidade de existir uma identidade étnico-racial brasileira.

O conceito de identificação vai proporcionar a elaboração/o apontamento de possíveis saídas para o enfrentamento da discriminação racial e uma ressignificação, para o negro, da cor de sua pele, do seu cabelo crespo, bem como de suas origens, seu pertencimento a um grupo étnico-racial. E, como apontam Laplanche e Pontalis²⁷, “uma apropriação baseada na pretensão de uma origem comum”. É essa apropriação, facilitada por uma escuta analítica, que poderá levar a uma ressignificação das representações imaginárias e simbólicas construídas pelo negro no embate de sua constituição subjetiva.

Se, em um primeiro momento, questionávamos a existência de uma demanda analítica para sustentar nossa investigação, ao longo do trabalho fomos surpreendidos por ela. As meninas puderam, nesse processo, interrogar sobre sua vida, seu pertencimento e reconhecer um sofrimento psíquico.

Conforme assinalamos anteriormente, questionamentos delas, dirigidos a mim, como: “não é verdade? [...] você não acha?”, para além de uma resposta, buscam reconhecer uma possibilidade de escuta, de alguém que pode compartilhar da angústia, do sofrimento, da solidão. Apontam o peito como lugar onde se concentra a dor e se instala a inominável angústia. Falam da vergonha, da

raiva. Reivindicam a inscrição de seu nome próprio ao invés de resignar-se a apelidos pejorativos.

A disponibilização da escuta e o manejo da transferência poderão nos auxiliar na decifração do enigma poético proposto pela menina moçambicana ao assinalar: “sou cheia de segredos de mim mesma”.

Revelar segredos, rompendo com o silêncio, foi o que este trabalho propiciou, e a partir daí, hoje vivem dentro de mim não mais “Mariazinhas”, mas Ana, Beatriz, Cátia, Denise, Carol, Fátima e Helena.

Vivem dentro de mim Edna, Elsa, Adélia, Ricardina, Jacinta, Mara, Helena, Cacilda, Maria, Percina, Arosinia, Agnésia, Elizabeth, Afdária, Sonia, Arcenia, Dioclecia, Nércia, Julieta, Tarcilia, Penina, Tânia, Carla, Sara, Elia, Ângela, Dércia, Etelvina, Pámela, Yolanda, Ana, Biura, Cristina, Rosa, Maria da Luz, Dinoca, Dulce, Nilza, Celsa, Domingas, Isolda, Vanessa, Isália, Dávia.

Vivem dentro mim Shirlei, Suzana, Laura, Joana, Camila, Vânia, Cátia, Iolanda.

Vive dentro de mim um grupo de meninas que, em um determinado dia, foram procurar um

»
*a disponibilização da escuta
e o manejo da transferência poderão
nos auxiliar na decifração do enigma
poético proposto pela menina
moçambicana ao assinalar: “sou cheia
de segredos de mim mesma”*

salão de cabeleireiro para ter seus cabelos iguais aos meus.

Foi essa “saída não autorizada” que me autorizou a realização deste trabalho.

As minhas meninas
Pra onde é que elas vão [...]
Vão as minhas meninas

Levando destinos
Tão iluminados de sim
Passam por mim
E embaraçam as linhas da minha mão²⁸

19 E. Cavalleiro, *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*.

20 I.M. Oliveira, *Preconceito e autoconceito: identidade e interação em sala de aula*.

21 R. Amaral, “Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras”, *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*, v. 1, n. 2.

22 E. Cavalleiro, *op. cit.*

23 R. Amaral, *op. cit.*

24 J.M. Gonçalves Filho, “Humilhação social: um problema político em Psicologia”, *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11.

25 J.M. Gonçalves Filho, *op. cit.*

26 J.M. Gonçalves Filho, *op. cit.*

27 J. Laplanche; J.B. Pontallis, *Vocabulário de psicanálise*.

28 C.B. Holanda, “As minhas meninas”. Disponível em: <[https:// www.vagalume.com.br](https://www.vagalume.com.br)>.

Referências bibliográficas

- Amaral R. (2001). Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e a valorização da negritude em famílias negras. *Os urbanitas: Revista de Antropologia Urbana*, v. 1, n. 2.
- Carone I.; Bento M.A.S. (2002). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalleiro E. (2000). *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Contexto.
- Chauí M. (1999). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Coralina C. (1987). *Todas as vidas*. Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. 14. ed. São Paulo: Global.
- Costa J.F. (1950). A construção cultural da diferença entre os sexos. *Sexualidade, gênero e sociedade*, ano 2, n. 3, p. 3-8.
- _____. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1991). *Narcisismo em tempos modernos*. *Sociologia e Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Crochick J.L. (1997). *Preconceito, indivíduo e cultura*. 2. ed. São Paulo: Robe.
- _____. (2002). *A visibilidade discriminada*. In Carignato T.T.; Rosa M.D.; Pacheco Filho R.A. (orgs.). *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM.
- Dias M.M. (1997). *Moda divina decadência: ensaio psicanalítico*. São Paulo: Hacker/Cespuc.
- Elia L. (2000). *Psicanálise: clínica & pesquisa*. In Alberti S.; Elia L. (orgs.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Fernandes F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Freud S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1930). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1913-1914/1980). Totem e tabu e outros trabalhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1914/1980). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza L.A. (2000). *Introdução à metapsicologia freudiana* 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Goffman E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gomes N.L. (2002). *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gonçalves Filho J.M. (1998). Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, p. 11-67.
- Laplanche J.; Pontalis J.B. (1992). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Matheus T.C. (2002). *Ideais da adolescência: Falta (d) e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.
- Munanga K. (1998). Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Estudos e pesquisas. In Hasenbalg C.A.; Schwarcz L.M. (orgs.). *Estudos e pesquisas*. Niterói, RJ: EDUFF.
- _____. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2002). Prefácio. In Carone I.; Bento, M.A.S. (orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nogueira I.B. (1988). *Significações do corpo negro*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira I.M. (1994). *Preconceito e autoconceito: identidade e interação em sala de aula*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- Reis E.S. (2019). Transmissão transgeracional – subjetivação do trauma coletivo. *Primórdios*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 45-66.
- Rosa M.D. (2002). Uma escuta psicanalítica das Vidas Secas. *Textura – Revista de Psicanálise*, Publicação Reuniões Psicanalíticas, ano 2, n. 2, p. 42-46.
- _____. (1998). A Psicanálise frente à questão da identidade. *Psicologia & Sociedade*, ABRAPSO.
- Skidmore T. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Souza O. (1994). *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta.
- Souza N.S. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.
- Teixeira J. (2001). *Memória feminina: as lembranças de mulheres portuguesas e afro-descendentes*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Turra C.; Venturini G. (1995). *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

Black beauty and the subjectivity of girls. A path for the “Mariazinhas” – psychoanalytic considerations.

Abstract Through this article, we seek to analyze how the inscriptions of the phenomenon of racism operate in the subjective constitution of Black girls. We found a small number of studies that focus on this topic and this specific population. To analyze these inscriptions, we draw on psychoanalytic theory, particularly in discussing the concepts of ideal of ego, ideal ego, identification, and narcissism. The heterogeneity and complexity of the topic point to the need to engage with different fields of knowledge, such as history, anthropology, sociology, and social psychology, to contextualize and circumscribe it within the Brazilian reality. Thus, psychoanalytic concepts are joined by the concepts of stigma, stereotype, racial discrimination and social humiliation. We assume that we live under a model of racism in which the group formed by white individuals seek to subjugate the Black ethnic-racial group in an effort to maintain its hegemony and, consequently, the domination and/or exclusion of the group considered a minority. The specificity of this work presents the discussion of Black beauty and the appropriation of the Black body as fundamental elements for the discussion of psychological suffering, of the narcissistic destabilization inflicted on those who bear the mark of “imperfection”, “ugliness”, and inferiority of their bodies. We also seek to point out paths for both the girls toward the constitution of their subjectivity, and for Brazilian psychoanalysis and psychoanalysts, so that they may heed the screaming silence and the unspoken that permeate racial relations.

Keywords psychoanalysis; racism; discrimination; preconception.

Texto recebido: 09/2025

Aprovado: 10/2025